

Alguns paralelos sintáticos entre construções nominais e frásicas ¹

Ana Maria Brito
(FLUP/CLUP)²

Abstract: In this presentation I describe some syntactic parallels between nominals and clauses, establishing also some semantic similarities between the two domains, trying to answer, from the point of view of European Portuguese, to two main questions: have nominals sentential properties? Have clauses nominal properties? As the category ‘sentence’ / ‘clause’ may be considered as TP and CP, I explore parallelisms between DP and TP and between DP and CP. In the final part I show that, in European Portuguese, at least, nominalization of clauses may give reasons to establish again parallels between DP and TP and between DP and CP. The framework is the one of Principles and Parameters Theory, but, in certain aspects, Distributed Morphology will be adopted.

Palavras-chave: paralelos entre expressões nominais e orações / frases, hipótese SD, categorias funcionais, Português Europeu e Português Brasileiro.

Key-words: parallels between nominals and clauses, DP hypothesis, functional categories, European and Brazilian Portuguese.

1. Introdução

Num artigo de há precisamente trinta anos (Brito 1984), interessei-me pelas semelhanças e diferenças entre a categoria SN (em inglês NP) e a categoria F (S), agarrando ideias que andavam no ar, nomeadamente a possibilidade de ambas as categorias terem um sujeito, definido não só

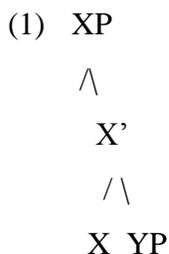
¹ O título desta conferência quase coincide com o título do WORKSHOP ON “PARALLELS BETWEEN CLAUSES AND NOMINALS”, incluído no *45th annual Meeting da Societas Linguistica Europea 2012*, que teve lugar em Estocolmo de 28 de agosto a 1 de setembro de 2012 e em que participei com uma comunicação em co-autoria com a Gabriela Matos. As comunicações desse workshop estão publicadas em <http://www.gist.ugent.be/sleworkshoppallels>, integradas num projeto de investigação dirigido por Liliane Haegeman, da Universidade de Ghent. Como o texto torna claro, este é também praticamente o título de um dos meus primeiros trabalhos, escrito e publicado no ano da fundação da APL; por essa razão, ele tem ainda hoje para mim um valor muito especial, até porque Óscar Lopes foi um dos seus primeiros leitores e críticos.

² Agradeço à direção da Associação Portuguesa de Linguística, na pessoa do seu presidente, o Prof. João Veloso, o honroso convite para fazer uma das conferências plenárias do XXX Encontro Nacional, que teve lugar na FLUP, nos dias 22, 23 e 24 de outubro de 2014; agradeço também à audiência as sugestões e os comentários, que permitiram melhorar este texto. Um agradecimento também à Joana Carvalho, estudante de Doutoramento da FLUP e membro do CLUP, por ter lido e comentado uma primeira versão deste texto.



como a função geralmente desempenhada pelo argumento externo, mas como uma posição proeminente em termos de estrutura e de antecedente de uma anáfora.³

Determinante para a aproximação entre NP e S tinha sido a publicação de *Remarks on Nominalizations* (1970), em que Chomsky formula a chamada Teoria X barra, que simplificada apresento no diagrama em (1) e que capta as condições de endocentricidade e sucessividade nas categorias sintagmáticos com um núcleo lexical, isto é, no NP, no VP, no ADJP:⁴



No entanto, catorze anos passados depois da publicação desse artigo, era já notório que havia que explorar a existência, nas gramáticas das línguas naturais, de categorias funcionais, ligadas a informações de tempo e aspeto, à flexão, à determinação, à conexão frásica, entre outras. E era também já visível que as expressões nominais, pela sua complexidade, se assemelhavam mais a uma construção frásica do que propriamente a um VP.

Subjacente ao estudo do paralelismo entre NP e S estão então, pelo menos, duas perguntas: Têm as expressões nominais propriedades frásicas? Têm as frases propriedades nominais?⁵

Se colocarmos a primeira pergunta - têm os NPs propriedades frásicas? – imediatamente pensamos em nominalizações deverbais sufixais eventivas, um recurso comum a muitas línguas do mundo; com efeito, em (2a) e (2b) exprime-se um mesmo evento, a estrutura argumental do N *execução* e do V *executou* parece idêntica; porém, em (2a) a nominalização *execução* é

³ A ideia de haver um sujeito no SN é proposta em Chomsky (1981) para formular princípios comuns (os princípios A, B e C) da Teoria da Ligação para SNs e Frases; assim, tanto em (i) *Os estudantes falaram uns com os outros*, como em (ii) *O João contou a sua história*, (iii) *O João contou a história dele* e (iv) *O João contou a sua própria história* (exemplos tirados de Brito 1984), a distribuição das anáforas e dos pronomes poderia ser explicada a partir da ideia de na F e no SN existir uma posição de SU, expressa ou omissa. O artigo estabelecia também semelhanças e diferenças quanto à estrutura argumental de Ns e Vs.

⁴ O autor quase não refere o SPREP, sugerindo, no entanto, que a convenção X barra pode também aplicar-se a tal categoria e que uma Prep é [-N, -V].

⁵ Eram estas duas das perguntas formuladas na abertura do *workshop* referido na nota 1, subdivididas noutras perguntas.



desprovida de tempo, enquanto em (2b) há uma informação temporal associada ao verbo *executar*.⁶

(2)(a) A execução da sonata pelo João durou 15m.

(b) O João executou a sonata durante 15m.

A relação entre (2a) e (2b) no que toca à estrutura argumental e à estrutura eventiva foram largamente estudadas a partir de Grimshaw (1990) e foram matéria de muitos dos meus trabalhos. Desta vez, contudo, não é essa a direção que vou tomar e vou interessar-me mais por semelhanças formais e, nalguns pontos, referenciais entre NP e S.

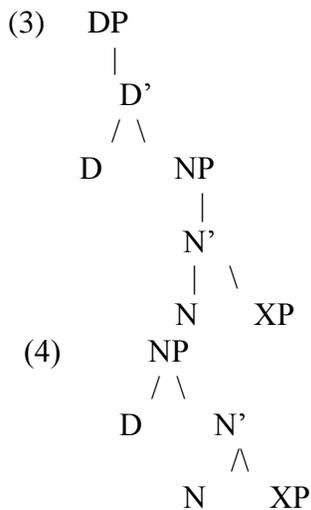
Na linguística anglo-saxónica, e do ponto de vista sintático, a aproximação NP / S foi feita por Abney (1987), desenvolvendo, no entanto, uma afirmação de Brame (1982: 321), que escreveu e traduzo: “(...) penso que é um erro pensar no N como núcleo do NP. Deveríamos pensar em termos de SD, i.e. em sintagmas determinantes e não em SNs” .

Abney desenvolve esta afirmação e esboça a chamada “hipótese SD” (“DP hypothesis”), segundo a qual uma expressão nominal determinada é um DP, como é simplifadamente descrito em (3), e não simplesmente um NP, como na análise clássica, sugerida precisamente em Chomsky (1970), em (4):⁷

⁶ Com isto não se está a afirmar que não haja línguas em que as informações de Tempo e Modo estejam associadas a expressões nominais (DP ou NP). Para uma visão geral veja-se o artigo de Nordlinger & Sadler (2004).

⁷ Usarei a partir deste momento as designações em Inglês: Nominal Phrase, NP, para SN, Sintagma Nominal; Verbal Phrase, VP, para SV, Sintagma Verbal; Determiner Phrase, DP, para SD, Sintagma Determinante; Inflection Phrase, IP, para SFLEX, Sintagma Flexionado; Tense Phrase, TP, para ST, Sintagma Tempo; Agreement Phrase, AGRP, para SCONC, Sintagma Concordância; Complementizer Phrase, CP, para SC, Sintagma Complementador; DegreeP para SGrau, Sintagma Grau, Prepositional Phrase, PreP para SPrep, Sintagma Preposicional.





A partir da hipótese DP, foram feitos nos estudos sintáticos dois tipos de paralelismo: um DP é paralelo a uma frase simples flexionada, isto é, Inflection Phrase, aquilo que em inglês se simboliza como IP; um DP é mais parecido com uma frase dotada da sua periferia esquerda, isto é, CP, Complementizer Phrase.

Vamos discutir essas duas aproximações nos pontos seguintes.

2. Paralelismos DP – IP ⁸

Abney desenvolve a hipótese DP a partir de vários argumentos, entre eles a existência de construções gerundivas em Inglês. É sabido que o Inglês tem um gerundivo nominal, como em (5a);

(5)(a) John's performing of the sonata

João GEN executando de a sonata

que pode ser traduzido em Português por um Infinitivo nominal (5a) ou por uma nominalização deverbal sufixal, como em (5b):

(5)(b) O executar da sonata pelo João

(c) a execução da sonata pelo João

Existe igualmente um gerundivo verbal, como em (6a):

⁸ Para além dos textos referidos, nesta primeira parte vou usar excertos de Brito (2003); sobretudo, vou seguir muito de perto Corver (2013: 32-44), uma excelente introdução ao papel das categorias funcionais na Sintaxe.



(6)(a) John's performing the sonata,

João GEN executando a sonata

que pode ser traduzido em Português por uma oração infinitiva nominalizada (6b), precedida ou não pela expressão “o facto de “ (6c):

(6)(b) o executar o João a sonata

(c) o facto de o João executar a sonata

O gerundivo verbal viola o princípio de endocentricidade, um dos princípios por detrás da Teoria X barra, pois um V parece ser o núcleo da expressão nominal. Por isso, ao explorar as propriedades híbridas desta forma de gerundivo, Abney propõe que o gerundivo verbal tem uma estrutura paralela à do gerundivo nominal, havendo em ambos uma posição de D: a diferença é a de que, no caso do gerundivo nominal, D seleciona um complemento nominal NP (como descrito em (7) e no gerundivo verbal D seleciona um complemento VP, como descrito em (8):

(7) [DP John's [D' [D [NP performing of the sonata]]]]

(8) [DP John's [D' [D [VP performing the sonata]]]]

Como no caso do Inglês existe o chamado “genitivo saxão”, que se realiza em ambos os casos no especificador de DP, Abney, hesita, na verdade, quanto à posição do morfema 's: ou o coloca em D ou o coloca em especificador de DP junto a *John* (como em (7) e (8)), sendo então D vazio, sugerindo que nesse segundo caso D contém uma informação geral de tipo Concordância, Agreement (Agr), sugerindo, desde logo, uma aproximação entre DP e IP (Abney 1987, cap II).

Um dos maiores paralelismos sintáticos entre DP e IP vem de línguas em que há uma morfologia de concordância nas expressões nominais idêntica ou igual à que acontece nas frases. Abney fornece, entre outros, exemplos em Yup'ik, uma língua esquimó, ergativa, em que a morfologia de concordância com o sujeito frásico é feita exatamente da mesma maneira que nas expressões nominais contendo expressão de posse:

(9) angute - t kiputa - a - t

homem-ERG(PL) compra-MarcadorOD-sg masc

‘os homens compraram-no’



- (10) angute - t kuiga - t
 homem-ERG(PL) rio- sg masc
 ‘o rio dos homens’

A ideia em Abney é a de que o morfema *-t* em I na frase em (9) ocupa uma posição paralela à do morfema *-t* em D em (10) e de que as representações sintáticas adequadas para (9) e (10) são as contidas em (11) e (12), em que o morfema *-t* sobe para a posição de especificador de IP ou para a posição de especificador de DP, ao qual se seguiria o movimento do V para I e do N para D:

- (11) [IP [angute-t] [I -t] [VP kiputa-a]]]
 (12) [DP [angute-t] [D' [D -t] [NP kuiga]]]

Também o Húngaro e o Turco exibem nas construções possessivas uma morfologia de concordância que faz pensar que a estrutura de uma construção nominal é mais parecida com o que se passa numa frase do que à partida se poderia pensar. Os exemplos relevantes são apresentados em (13) e (14) (para o Húngaro, Szabolcsi 1983, 1987, 1994, 1999; para o Turco, Kornfilt 1984; ver ainda Abney 1987, Longobardi 2001, Brito 2003, Corver 2013):

- (13) a zen vende-e-m
 eu-nom hóspede-possuído-1ª sg
 o meu hóspede
 (14) bem-im stakoz-um
 eu-gen lagosta-1ª sg
 a minha lagosta

Os fenómenos apresentados em (9)-(14) sugerem, portanto, que há fenómenos de concordância paralelos no DP e em IP.

3. Paralelismo DP / CP

Entretanto Szabolcsi (1983, 1987, 1994, 1999), a partir das mesmas construções possessivas em Húngaro, esboça uma análise um pouco diferente da de Abney, ao propor que há antes um paralelismo entre DP e CP, quer dizer, a frase com a sua periferia esquerda, e isto porque a autora



concebe a morfologia de concordância não como um nó funcional do tipo de Inflection ou Agr, como descrito em (12) mas diretamente sufixada no N.

Vejamos então como esta autora coloca a questão. No Húngaro há dois tipos de expressões possessivas, umas em que o possuidor tem caso nominativo (15) e outra em que o possuidor tem caso dativo (16):

(15) a Mari kalap-já
o Maria-Nom chapéu-Poss-3P.sg.

(16) Mari-nak a kalap-já
Mari-Dat o chapéu-3p.sg
'o chapéu da Maria'

Veja-se agora o que acontece se houver extração do possuidor. Como os exemplos a seguir mostram, a extração do possuidor nominativo produz agramaticalidade, como em (17), enquanto a extração do possuidor dativo, como em (18), produz uma construção gramatical (os exemplos são de interrogativas):

(17) *Mari_i Peter látta [DP a [t_i kalap-já-t]]?
Mari-nom Pedro viu o chapéu-Poss-3P.sg.acus

(18) Mari-nak_i Peter latta [DP t_i a [t_i kalap-já-t]]?
Mari-dativo Pedro viu o chapéu-Poss-3P.sg.acus
'O Pedro viu o chapéu da Maria?'

Os exemplos contrastam em gramaticalidade, porque em (18) a posição de especificador de DP serviu de “escape hatch” para a extração, tal como a posição de especificador de CP serve de “escape hatch,” por exemplo numa extração longa do constituinte interrogativo, como ilustrado em (19):

(19)(a) Quem é que tu disseste que a Maria viu?
(b) [CP quem_i [C' [C é que [IP tu disseste [CP t_i [C' [C que [a Maria viu t_i]]]]]]]]]

Pelo contrário, em (17) tal não acontece: não havendo nenhuma posição intermédia quando há nominativo, a extração do possuidor é direta a partir da sua posição de base e produz uma frase agramatical.



A autora propõe então que uma construção nominal com possessivo em Húngaro expresso pelo dativo (mas não pelo nominativo) tem a estrutura mais parecida com CP do que com IP, porque acima de um nó NP haveria uma categoria funcional suplementar, precisamente a categoria D.

Assim, embora as duas análises não coincidam totalmente, a partir de Abney e Szabolcsi é usual encontrar a proposta segundo a qual as expressões nominais determinadas têm uma estrutura como aquela que se descreve em (20), em que há um D (externo ao NP e externo a uma projeção de tipo Agr) e em que o NP é um complemento funcionalmente selecionado por Agr:

(20) [DP [D' [D [AgrP [Agr' Agr [NP N XP]]]]]]

Uma tal estrutura tem sido usada para o estudo das expressões com possessivos, como em Italiano e em Português, em que a posição de especificador de AgrP é a categoria funcional capaz de albergar a expressão do Possuidor:

- (21)(a) la mia casa
(b) a minha casa

Porém, como em Italiano e em Português os possessivos não têm comportamentos idênticos aos do Húngaro, Turco ou Yup'ik, muitos autores hesitam em usar AgrP para uma tal categoria e preferem usar simplesmente a categoria intermédia POSSP. Veja-se Cardinaletti (1998), Coene & d'Hulst (2002), Brito (2003), Miguel (2004), Castro (2006) para o Português, entre outros, para uma discussão sobre o assunto.

Repara-se, no entanto, que a estrutura da categoria DP como a representada em (20) está longe de estar completa do ponto de vista sintático. Entre outros fenómenos, a posição dos artigos em certas línguas e a posição dos adjetivos relacionais temáticos, em particular os agentivos, justificam uma maior sofisticação da estrutura.

A posição enclítica de artigos em Romeno e nas línguas escandinavas tem servido de suporte para a proposta de que em certas línguas o N se move para D (veja-se, para o Romeno, Grosu 1988, Dobrovie-Sorin 1988, Cornilescu 1995 e, para o Norueguês, Taraldsen 1990):

- (22) lupul
lobo-o
o lobo



(23) *huset*

casa a

Também a posição de nomes próprios de pessoa em Italiano na ausência de artigo mas a seguir ao possessivo, como em (24c), justificou a proposta feita por Longobardi (1994) de subida do N para D:

(24)(a) *Il mio Gianni ha finalmente telefonato.*

(b) * *Mio Gianni ha finalmente telefonato.*

(c) *Gianni mio ha finalmente telefonato.*

(d) *Il Gianni mio ha finalmente telefonato.*

‘O meu João finalmente telefonou’

Em Português, neste tipo de expressões definidas, não há motivação para o movimento do N para D.⁹ Mas há um fenómeno que justifica uma análise mais fina do DP e a proposta de movimento de N para uma posição funcional intermédia. Trata-se da posição dos adjetivos relacionais agentivos, como em (24) (Crisma 1993, Cinque 1994, Brito 1996).¹⁰

(25)(a) *a invasão americana do Iraque*

(b) * *a americana invasão do Iraque*

A posição pós-nominal deste tipo de adjetivos contrasta com o que se passa em línguas como o Inglês:

(26) *the American invasion of Iraq*

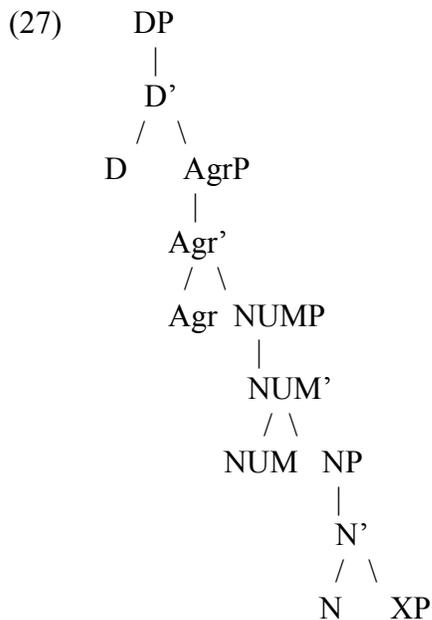
Juntamente com a ideia de que adjetivos relacionais com a interpretação agentiva são gerados na posição de especificador de NP, estes factos podem servir de argumento para a ideia de que o movimento do N opera em Sintaxe nas línguas românicas para uma posição intermédia mas não opera em Inglês. Sendo assim, justifica-se uma categoria funcional intermédia no DP, que não deverá ser a mesma que alberga os possessivos; pode propor-se que tal categoria

⁹ Não refiro no texto toda a discussão acerca da estrutura de nomes simples plurais ou singulares (“bare nouns”) em Português e em Italiano. Longobardi (1994) propõe que em línguas como o Italiano, para captar a leitura genérica de nomes plurais em posição de SU, o N se move para D e que um D não preenchido, em posição de argumento interno, corresponde a uma leitura existencial por defeito, como nos exemplos do Português (i) e (ii): (i) *Bebo água às refeições* (= bebo uma porção de, N massivo); (ii) *Comi morangos* (=comi alguns, uma porção, N contável). Na posição de SU os nomes simples são mais restringidos, mas possíveis em frases definitórias, com predicados de espécie; compare-se (iii) e (iv): (iii) ? *Baleias entraram no porto*; (iv) *Baleias são mamíferos de grandes dimensões* (Oliveira 1998). Também, como se sabe, o PE e o PB não se comportam de igual forma na aceitação de nomes simples (ver Schmitt & Munn 2004, Müller & Oliveira 2004, Lopes, R. 2007, entre outros).

¹⁰ Ao analisar a possibilidade de coocorrência de adjetivos relacionais temáticos, como em (i) a produção queijeira francesa, Cinque (2010) coloca a hipótese de não apenas N mas N’ se moverem.

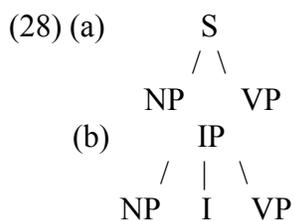


funcional é NUMP, desenvolvendo uma ideia pela primeira vez formulada para o Hebreu por Ritter (1992) :



Repare-se que propor que no DP o N se move para uma categoria funcional intermédia lembra de novo o que se passa na sintaxe da frase.¹¹

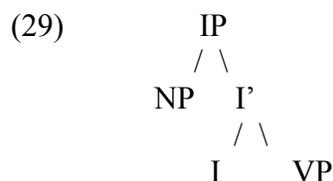
Durante muitas décadas pensou-se que a estrutura de uma frase seria diferente de todas as outras categorias, não obedecendo nem ao princípio de sucessividade nem ao princípio de endocentricidade; vejam-se as representações, tantas vezes usadas nos anos 50 e 60 do século XX, em (28):



¹¹ A complexidade da estrutura do DP tem justificado a proposta de muitas outras categorias funcionais intermédias, entre elas SQuantificador, SGenéro, SMarcador de Classe, SFoco, STópico, SKaso. Para uma síntese veja-se, entre outros, Coene & d'Hulst (2002), Corver (2013: 44). Borer (2005) considera que os nomes são à partida não especificados quanto às propriedades massivo/contável e, na ausência de estrutura funcional acima do NP, do tipo Classificador, Pluralidade, entre outros, são interpretados, por defeito, como nomes massivos. Também a adjetivação, que afeta quer nomes não eventivos quer nomes eventivos, tem levado alguns autores a proporem inúmeras categorias funcionais no DP. A proposta mais radical neste sentido é a de Cinque (1994), ao defender que quer para um quer para outro tipo de nomes há uma *Universal Hierarchy of Clausal Functional Projections*.

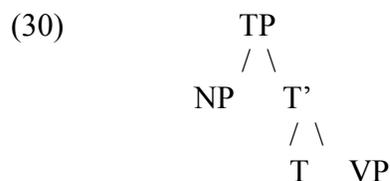


Em Chomsky (1982), no entanto, é feita a proposta de que Inflection, presumivelmente constituída por informações de T e Agr, é o núcleo funcional da frase, daí a designação de IP, obedecendo então tal categoria quer à endocentricidade quer à sucessividade, como descrito em (29):



Como se sabe, e para dar conta de vários fenómenos de ordem de palavras em Francês, Inglês e Italiano (em particular, a posição de certos advérbios temporais-aspetuais, do quantificador *tous*, *all*, *tutti* e da sintaxe da negação, Pollock (1989) e Belletti (1990), embora em moldes distintos¹², propõem uma Flexão dividida (“split inflection”).

Chomsky irá de novo recolocar a questão em 1995, no quadro do Programa Minimalista, ao propor que só o T deve ser considerado e não Agr como núcleo funcional da frase, como se descreve simplifcadamente em (30):



Esta proposta tem uma grande importância, pois não só mostra que o Tempo numa frase, ou melhor, numa proposição, é crucial para a interpretação e para o nível de interface com o sistema concetual da gramática, como cria as condições para uma descrição adequada de certos fenómenos de ordem e certos contrastes entre línguas.

Atente-se nos contrastes bem conhecidos entre Francês e Inglês quanto à ordem dos advérbios temporais-aspetuais *souvent* / *often*:

¹² Pollock (1989) propõe que TP é a categoria mais elevada; Belletti (1990) propõe que é AgrP a categoria mais elevada, de forma a dar conta, por movimento do V, da ordem linear dos morfemas, sendo, nas línguas românicas, o morfema de Agr o último a ser associado, depois dos morfemas de T.



(31)(a) Jean embrasse souvent Marie.

João beija frequentemente Maria

‘O João beija frequentemente a Maria’

(b) * Jean souvent embrasse Marie.

João frequentemente beija Maria

(32)(a) * John kisses often Mary.

João beija frequentemente Maria

(b) John often kisses Mary.

João frequentemente beija Maria

‘O João beija frequentemente a Maria’

Adaptando as ideias de Pollock (1989) e de Belletti (1990) ao Programa Minimalista, o movimento do V em Francês operaria para uma categoria funcional, T, explicando a posição pós-verbal do advérbio *souvent* (31a); o Inglês não parece ter essa regra, explicando a posição pré-verbal de advérbios como *often* (veja-se 32b). O movimento do V em Francês estaria associado à verificação das marcas flexionais, em particular temporais; em Inglês, o mecanismo “equivalente” parece ser uma descida (“lowering”) pós-sintática das marcas flexionais para V, de acordo com a proposta da Morfologia Distribuída (cf. Embick & Noyer 2001).

Todos estes temas têm sido analisados por numerosos linguistas, incluindo os linguistas portugueses e por isso não vou alongar-me sobre esta matéria. O importante a reter é a ideia de que há razões formais para propor que, tal como na estrutura de frase (aqui designada como IP ou TP) pode haver ou não, consoante as línguas, movimento do V, também no DP pode haver ou não movimento do N para uma categoria superior, D ou para categorias intermédias.

Voltemos então à discussão da estrutura do DP e à representação em (20).

A visão atual perante a estrutura (20) é mais distanciada do que era nos anos oitenta e noventa do século XX. Com efeito, a análise de várias línguas e variedades de línguas permite-nos dizer que o número e a concordância não têm o papel crucial para a estruturação das expressões nominais determinadas que a apresentação anterior faz crer. Basta olhar para o que se passa em Português Brasileiro (PB) para perceber que, ao contrário do Português Europeu (PE),



que tem um sistema de concordância uniforme, que afeta todos os elementos no DP, isto, é determinantes, adjetivos, possessivos, nomes, o PB oral tem um sistema de concordância em que nem todos os elementos no DP apresentam morfologia de plural: assim, se o adjetivo estiver em posição pré-nominal, concorda com o N, como é visível em (33a) (dados e explicação de Menuzzi 1995):

(33) (a) (os) novos aluno

(b) *os novo aluno

Mas se o adjetivo estiver em posição pós-nominal então ele não concorda com o N e a morfologia de plural encontra-se apenas no determinante, como mostra (34a):

(34) (a) os aluno novo

(b) *os aluno novos

O facto de a presença de adjetivos relacionais a seguir ao N e a um seu complemento ou adjunto produzir agramaticalidade, como em (35a) versus (35b),

(35)(a) * alguns amigo do João americano

(b) alguns amigo americano do João

mostra que o movimento do N para uma categoria funcional intermédia atua também em PB. Porém, os dados de concordância em (34) e (35) indicam que o N não se deverá mover para NUM, como acontece no PE. Por essa razão, Menuzzi (1995), que estou aqui a seguir, propõe que a categoria funcional intermédia no DP poderá ser Género, como proposto por Picallo (1991) para o Catalão. Sem querer discutir com detalhe esta proposta, concordo com Menuzzi em que em PB o N (ou N') se move para uma categoria funcional que não deverá ser NUM, mas não vejo vantagens em considerar Género essa categoria intermédia, porque o género deverá ser muito mais uma categoria lexical do que sintática.

Igualmente a proposta de que nalgumas línguas há movimento de N para D como forma de explicar artigos enclíticos, como acontece no Romeno e nas línguas escandinavas, deve ser vista



com mais atenção, principalmente pela existência de gramáticas que permitem a dupla realização da definitude.¹³

Repare-se em (36), um exemplo do Norueguês:

(36) der store huset
a grande casa-a
'a casa grande'

Em (36) há dupla realização do artigo definido e por essa razão vários autores mostraram que neste tipo de exemplo o N não deverá mover-se tão alto, para D, como anteriormente sugerido.

Várias soluções se afiguram possíveis. Uma delas passa pela proposta de que certas línguas escandinavas têm duas posições para D (como proposto por Kester 1992). Outra solução é considerar a dupla presença da definitude como um caso de concordância. Trata-se da perspectiva de Embick e Noyer (2001), no quadro da Morfologia Distribuída e retomada por Costa e Figueiredo Silva (2006). Em geral, os autores defendem que a presença de morfemas flexionais não deve ser visto apenas como resultado de movimento sintático, como defendiam Pollock, Belletti e outros nos anos oitenta e noventa para o domínio frásico, mas como resultado de processos morfológicos, pós-sintáticos.

No caso particular do DP e trabalhando sobre exemplos em Sueco muito semelhantes aos do Norueguês em (36), Embick e Noyer propõem que a marca de definitude deve ser ligada ao N na ausência de outro material; mas, se houver um adjetivo pré-nominal, tal marca deve também ser ligada ao determinante.

As condições a seguir apresentadas são consideradas requisitos da PF (Phonological Form) sobre a realização de D e de D [+def]:

(37)(a) N deve ser marcado pela definitude quando D for [+def].

(b) D [+ def] deve ter um hospedeiro.

¹³ Há várias línguas que admitem o chamado “determiner spreading”. Vejam-se exemplos como os seguintes, em que há presença de dois artigos definidos: (i) to vivlio to kokino (Grego, lit. o livro o vermelho); (ii) ha smalot ha yapot (Hebreu, lit. o vestido o bonito); (iii) die ganz die grossen Brezn (Alemão bávaro, lit. o muito o grande *pretzel*). Para um estudo aprofundado deste fenómeno veja-se Alexiadou (2010) e Alexiadou (2014).



Em *huset* ‘a casa’, ambos os requisitos são satisfeitos na Sintaxe pelo movimento de N para D. Mas se houver um adjetivo, como em (36), bloqueando o movimento do N, um determinante deve ser inserido em D, de forma a satisfazer (37b).

De maneira a satisfazer (37a), e como nas línguas escandinavas o morfema de [+def] parece ser um morfema duplo (“disassociated”), é inserido pós-sintaticamente um D de tal maneira que a restrição (37a) seja satisfeita. Quer dizer, a concordância de definitude entre D e N nas línguas escandinavas não se deveria a um movimento sintático, mas a um mecanismo pós-sintático (ver Embick & Noyer 2001: 580-564 e também Costa & Figueiredo Silva 2006: 35-36).¹⁴

Sendo assim, algumas das propostas feitas nos anos 80 e 90 do séc. XX para explicar a ordem de palavras, os mecanismos de concordância e o fenómeno de “determiner spreading” no domínio do DP talvez tenham de ser revistas, à luz de perspectivas recentes da Morfologia Distribuída e do Programa Minimalista.

De qualquer modo, o que interessa aqui realçar é o paralelismo formal entre DT e TP: ambas as categorias são endocêntricas, ambas as categorias contêm, pelo menos, um núcleo funcional, D e T; em ambas as categorias há possibilidade de movimento do núcleo lexical N ou V para uma categoria funcional, embora nem todos os fenómenos de ordem ou de concordância possam ser explicados por esse movimento.

O paralelismo entre DP e TP é também semântico, porque entre a determinação (e a quantificação, que aqui pouco referi) e o tempo há semelhanças: assim como o tempo pode dar referência a um domínio verbal, também a determinação e a quantificação podem dar referência a um domínio nominal. Voltaremos à questão semântica mais adiante.

4. Ainda o paralelismo DP / CP

Dissemos acima que (20) pode representar a estrutura de uma expressão determinada, procurando-se assim estabelecer um paralelo entre DP e TP, mas também entre DP e CP.

¹⁴ Alexiadou (2010, 2014) estuda também certos casos de duplicação de artigo indefinido, por exemplo em variantes não padrão do Alemão e propõe que a estrutura de DP pode conter um nó DegreeP, relacionado com a presença de adjetivos graduáveis, como em (i): (i) a so a grossa Bua, lit. um tão um grande rapaz.



Recorde-se que CP foi a categoria inicialmente proposta por Stowell (1981) e Chomsky (1982) para descrever uma frase complexa como em (38) e para albergar os complementadores; descreve-se simplificada a oração completiva em (39):

(38) A Maria disse *que a mãe vai sair*.

(39)CP
 |
 C'
 | \
 C TP
 que a mãe vai sair

Se um complementador é a “ponte” entre um predicado superior e uma oração subordinada por ele selecionada, então um paralelismo possível entre as expressões nominais e as frases pode consistir na importância que a determinação e os complementadores têm em dar valor argumental a expressões nominais e frásicas, respetivamente, ideia proposta por Szabolcsi (1994; 1999).¹⁵

A importância da presença / ausência do artigo no sentido de atribuir valor argumental a uma expressão nominal é visível quando observamos que os vocativos, que ocupam uma posição não-argumental, não podem ser precedidos de artigos (40) (como sugerido por Longobardi 1994):¹⁶

(40)(a) * O João, vem cá!

(b) João, vem cá!

No domínio frásico, uma oração finita sem complementador, isolada, não pode servir de argumento de um predicado superior (41c) e, por isso, em complementos frásicos do tipo de (41b) é lícito supor a existência de uma posição de C, embora nula:¹⁷

(41)(a) Eu disse [CP que a Maria saiu]

(b) Eu disse [CP 0 ir sair]

¹⁵ Ver também Longobardi (1994), Coene & d’Hulst (2002) e Matos & Brito (2012, 2013).

¹⁶ Evidentemente a proposta de Longobardi levanta crucialmente a questão dos nomes próprios de pessoas, sabendo nós que alguns podem ou não vir precedidos de artigos, como em (i) e (ii): (i) João chegou; (ii) O João chegou. De novo, a questão dos nomes simples (“bare nouns”) em posição argumental levantar-se-ia aqui com toda a força, mas essa discussão ultrapassa o objeto desta apresentação, como já ficou acima claro.

¹⁷ Isto não quer dizer que todas as orações completivas sejam todas CP; ver adiante.



(c) A Maria saiu (não é argumento de nenhum predicado superior).

Na tradição gramatical luso-brasileira, a aproximação entre subordinação integrante / completiva e expressões nominais era assumida de modo definitivo mas também algo ingénuo: as orações completivas eram e ainda são consideradas atualmente por muitos autores como sendo representativas da subordinação substantiva, com propriedades nominais, que os paralelismos em (42) tornam claros:¹⁸

(42)(a) Eu disse [_{CP} que a Maria saiu]

(b) Eu disse [_{DP} uma mentira].

(c) Eu disse [_{DP} isso]

Sabemos hoje que a chamada subordinação integrante / completiva não é toda do mesmo tipo; veja-se, a este propósito, Raposo (1986, 1987), Ambar (1998), Matos (1992), Gonçalves (1996, 1999), Duarte (2003), Barbosa (2013), Barbosa & Raposo (2013) e tantos outros trabalhos, que nos mostram que não só as completivas finitas mas também as não finitas não são todas iguais e nem todas têm o mesmo tipo de natureza nominal. Como ilustração, recordem-se diversos tipos de orações completivas infinitivas que não são precedidas de complementador, como as construções de reestruturação (43a), as construções de elevação com os modais *dever* e *poder* (43b), as construções na dependência de verbos ditos auxiliares aspetuais (43c):

(43)(a) Eu quero sair à noite.

(b) O João pode sair à noite.

(c) O João continua a sair à noite.

O Português admite, em discurso escrito de grande formalidade, orações completivas finitas de conjuntivo sem complementador, como em (44), um fenómeno, que eu saiba, pouco estudado:

(44) Requeiro me seja concedida autorização para sair do país.

Numa dimensão semântica, Hinzen & Sheehan (2011) apresentaram uma proposta muito interessante que retoma e problematiza o paralelismo DP / CP, propondo que tanto numa como noutra categoria há uma escala de referencialidade.

¹⁸ Um fenómeno muito interessante a explorar é o chamado C/ COMP recursivo, um fenómeno que existiu em Português Medieval (i) Perguntaram-lhes as vezinhas que adomde leixara ela o filho; e que ainda subsiste em Espanhol (ii) Le preguntaron que a quién invitó. Sobre este fenómeno em Espanhol na perspetiva de Rizzi (1997) ver Demonte & Fernandez-Soriano (2009) e também Matos & Brito (2012, 2013).



No domínio nominal, se nos referirmos a uma única entidade, usamos designadores rígidos, nomes próprios, pronomes pessoais, expressões deícticas; os três tipos de expressões referidos ocupam, por isso, a posição mais alta na escala de referencialidade; vejam-se os exemplos em (45):

- (45)(a) (o) Mário Soares
- (b) eu
- (c) este livro

As expressões definidas, como a expressão em itálico em (46) ficariam imediatamente abaixo da escala de referencialidade nominal:

- (46) Comprei um livro; *o livro* está em cima da mesa.

As expressões indefinidas não específicas / intensionais, como em (47) ficariam no mais baixo da escala referencial nominal:

- (47) Quero comprar *um livro barato sobre cinema* (mas não sei se tal existe).

No nível frásico, haveria uma escala de referencialidade parecida, explicando a distinção entre verdades, factos e proposições. Em frases independentes do tipo de (48a) e (b), temos frases com o mesmo valor de verdade e intermutáveis, porque há designadores rígidos envolvidos e porque as frases são predicativas:

- (48)(a) Superman is a superhero.
‘O Superman é um super-herói’
- (b) Clark Kent is a superhero.
‘Clark Kent é super-herói’

Em (49a) e (49b):

- (49)(a) Lois Lane thinks (that) Superman is a superhero.
‘Lois Lane pensa que o Superman é um super-herói’
- (b) Lois Lane doubts (that) Clark Kent is a superhero.
‘Lois Lane duvida (que) Clark Kent seja um super-herói’

as orações complemento são seleccionadas por predicados verbais como *pensar* e *duvidar*. Aqui teríamos aquilo que os autores designam um CP quantificacional, com uma interpretação



indefinida/intensional, onde as orações completivas não têm valor referencial e não são sinónimas, porque têm um valor de verdade aberto, equivalente a uma expressão indefinida não específica. Este tipo de frases está, portanto, no nível mais baixo de referencialidade.

Qual seria então a situação intermédia? Os autores propõem tratar-se das frases que contêm predicados factivos que seleccionam uma oração complemento que denota um facto pressuposto como verdadeiro, como em (50); tais CPs são equivalentes a uma expressão definida, podendo ser facilmente parafraseadas pela expressão *o facto de*.¹⁹

(50) He regrets that it is raining.

‘Ele lamenta que esteja a chover’ (pressuposição: está a chover)

Aceitando então esta perspetiva, há uma escala paralela de referencialidade nos domínios nominais e frásicos: uma expressão DP que exprima um designador rígido é equivalente a frases como (48), com valor de verdade; um DP definido é equivalente a uma oração complemento de um V factivo porque o conteúdo proposicional de tal oração é pressuposto (50); e uma expressão nominal indefinida não específica é equivalente a uma oração seleccionada por verbos intensionais, cujo valor de verdade permanece em aberto (49).

Tudo isto permite concluir que, do ponto de vista semântico, tanto há diferentes tipos de DP como há diferentes tipos de CP, dependendo da escala de referencialidade envolvida.

Como ficou claro através da apresentação, um dos pontos mais inovadores desta proposta é a maneira como Hinzen e Sheehan encaram a natureza semântica dos verbos factivos. De facto, vários autores têm vindo a propor que a factividade não é uma noção primitiva; pelo contrário, a factividade pode ser explicada em termos de referencialidade e em termos de traços semânticos considerados primitivos. Desse modo, Hinzen e Sheehan defendem que os verbos factivos se caracterizam como tendo um traço referencial, o traço definido.

A tipologia de verbos / predicados que os autores propõem é uma tipologia baseada em traços: (i) assertivo/não-assertivo; (ii) comunicativo/cognitivo/outros²⁰; (iii) definido / indefinido

¹⁹ A propósito da estrutura sintática associada a verbos factivos, Duarte (2003: 630-2) apresenta argumentos a favor de que não há um DP suplementar na estrutura de uma frase seleccionada por um verbo factivo; assim, (i) *Eu lamento que ele tenha vindo*, não teria a mesma estrutura de (ii) *Eu lamento o facto de que ele tenha vindo*. Posição contrária a Duarte (2003) é proposta por Zanuttini & Portner (2000), que defendem que a factividade, em qualquer das suas variantes, tem um correlato sintático e que a estrutura de uma frase seleccionada por um predicado factivo tem mais camadas do que uma frase seleccionada por outro tipo de predicado (mais concretamente, dois CP “layers”, sendo um DP para FACT).

²⁰ O traço *cognitivo* está relacionado com aquisição, retenção, falta ou perda de conhecimento.



— veja-se o quadro seguinte para o Inglês, retirado de Matos e Brito (2013) e em que, propositadamente, não traduzi nem os traços nem os verbos:

(51)

Hinzen & Sheehan (2011)					
I	II	III	IV	V	VI
<i>Strongly assertive communication definite predicates (semi-factives)</i>	<i>Strongly assertive communication indefinite predicates (non factives)</i>	<i>Weakly assertive cognitive definite predicates (semi-factives)</i>	<i>Weakly assertive cognitive indefinite predicates (non-factives)</i>	<i>Non-assertive definite predicates (emotive factives)</i>	<i>Non-assertive indefinite predicates</i>
disclose, divulge, confess, point out, reveal	say, claim, assert, report, vow	know, discover, find out, forget, realize, grasp	think, believe, suppose, guess, imagine, prove, decide	regret, deplore, resent, detest, hate, be glad, be aware, care, mind	doubt, (deny), be possible, be likely, wish, want, order, ask

Depois destas reflexões semânticas, voltemos às questões sintáticas.²¹

²¹ Outra pista de estudo que aqui pouco desenvolvi é a possibilidade de se aproximar um DP e CP do ponto de vista da força ilocutória. Como se sabe, em sintaxe, a partir de meados dos anos noventa, CP vai descrever uma qualquer frase e a sua periferia esquerda, de modo a incluir várias informações que se relacionam com força ilocutória e com a finitude / não finitude; portanto, a categoria CP passa a descrever uma qualquer frase declarativa, interrogativa, exclamativa, optativa, imperativa, dependendo dos traços que C / COMP codifica. Rizzi (1997) não usa a sigla CP e desmembra-a em várias categorias funcionais, das quais Força e Finitude são as que estarão sempre presentes, para além da possibilidade de Tópico, Foco e WHP. À primeira vista, uma expressão nominal determinada, DP, não seria equivalente a CP, porque um DP por si só não parece ter força ilocutória, descrevendo apenas expressões nominais argumentais e referenciais (Longobardi 1994). No entanto, há expressões nominais que valem como ordens, adquirindo valor ilocutório, como em (i): (i) Um bisturi! (numa sala de operações) (ex. de Pinto de Lima 1983:23). Em síntese, além das razões sintáticas e semânticas, há algumas razões pragmáticas que nos poderiam levar a aproximar DP de CP.



5. O que nos pode dizer a nominalização de frases infinitivas acerca do paralelismo DP/TP e DP/CP

Nos pontos anteriores, explorámos alguns paralelismos sintáticos e semânticos entre expressões nominais e frases, tentando responder às perguntas: têm as expressões nominais propriedades frásicas? Têm as frases propriedades nominais?

Vimos também que na tradição gramatical luso-brasileira, quando se analisava a subordinação completiva, a segunda pergunta apresentada tinha uma resposta imediata, afirmativa: as orações completivas ou integrantes representam um tipo de subordinação substantiva. Atualmente, sabemos que o estatuto nominal das orações completivas não é todo igual e isso tem consequências tanto do ponto de vista sintático como semântico.

Como este tema é imenso, nesta última parte da apresentação vou incidir apenas sobre a possibilidade de nominalizar orações infinitivas, tema que tratei em vários artigos, e sobre aquilo que nos pode dizer a nominalização de frases acerca do paralelismo DP / TP e DP / CP.

É sabido que em línguas como o Português, o Espanhol e o Italiano, para além da existência de infinitivos lexicalizados, como em (52) e de infinitivos nominais, como em (53), é possível nominalizar frases infinitivas, assinaladas em *itálico* nos exemplos (54) e (55):

(52) o(s) jantar(es); o(s) dever(es) / o(s) poder(es) do presidente – infinitivos lexicalizados

(53) O constante lamentar da Maria é aborrecido – infinitivos nominais

(54) *O ter ela gritado* surpreendeu-nos – nominalização de oração infinitiva

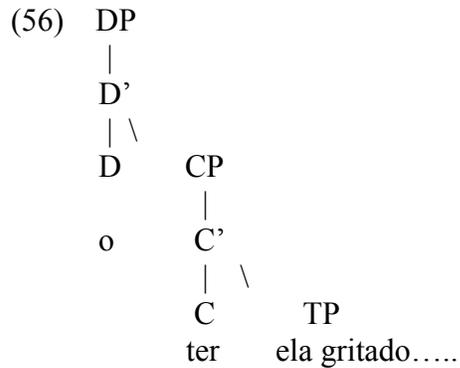
(55) Eles têm que agradecer-nos *o termos lutado por uma democracia* (exemplo extraído do *CetemPúblico*, citado em Barbosa & Raposo 2013: 1975) - nominalização de oração infinitiva

Neste momento nem os infinitivos lexicalizados nem os infinitivos nominais nos vão interessar, dado que não têm propriedades oracionais.

Desenvolvendo Raposo (1987) para o Português, Plann (1981) e Vázquez (2002) para o Espanhol, Salvi (1983), Zucchi (1993) para o Italiano e Ramírez (2003) para o Espanhol e o Italiano, propus em trabalhos anteriores (Brito 2013, entre outros) que a nominalização de uma oração infinitiva como em (54) e (55) é a nominalização de CP, sendo C a posição na periferia



esquerda da frase para a qual o V / AUX se move, explicando a ordem V S e a possibilidade de presença do Infinitivo Flexionado; é o que descrevo em (56):²²



Recorde-se que a flexão do Infinitivo Flexionado em (54) e (55) faz da forma infinitiva uma forma com traços nominais fortes (Raposo 1987). Sendo assim, a nominalização evidenciada em (54) e (55) não viola o princípio de endocentricidade, pois há um núcleo funcional em C que tem traços nominais.

No entanto, pode ainda haver uma nominalização de uma forma infinitiva cuja natureza verbal parece justificada mas onde não existe o nó C. É o que acontece na expressão em itálico em (57).

(57) *Esse teu gritar* surpreendeu-nos.

Considerada por alguns autores o resultado de uma conversão $V \rightarrow N$ (Rodrigues 2013), em artigos anteriores tenho vindo a defender que este tipo de nominalização (embora pouco atestado em *corpora*) tem propriedades mistas, híbridas, isto é, nominais e verbais; se acompanhada por um advérbio (como em 58a) tem claramente propriedades verbais; se acompanhada por um adjetivo tem propriedades nominais. Porém, a possibilidade de conter um argumento clítico como em *magoar-se* em ambos os exemplos, justifica a presença de um nó do tipo Flexão ou Tempo;

²² Ambar (1998) e Raposo & Uriagereka (1996) colocam alguns problemas à análise clássica de Raposo (1987) sobre o infinitivo flexionado na posição em C, entre outras razões porque um advérbio como *só* pode interpor-se ente o predicado superior e o sujeito da oração completiva, como em (i) Penso só eles terem passado o exame. Raposo e Uriagereka sugerem uma categoria funcional FP, que pode incluir constituintes “afectivos”.



por isso, devemos estar na presença de um domínio temporalizado, isto é, um DP que domina um TP, ou seja, uma nominalização de TP.

(58)(a) *Esse seu magoar-se constantemente* quando vai fazer desporto preocupa-nos.

(b) *Esse seu constante magoar-se* quando vai fazer desporto preocupa-nos.

Em trabalhos anteriores defendi que o possessivo em (58a) e (58b) controla um sujeito PRO na frase infinitiva (desenvolvendo Ramírez 2003: 126, para o Espanhol).

Assim, se a minha análise estiver correta, o Português pode ter nominalização de uma oração infinitiva TP, como em (57) e (58) e pode ter nominalização de uma oração infinitiva que é categorialmente um CP, como em (54) e (55).

Tais possibilidades devem-se ao facto de o *-r* como morfema flexional de infinitivo²³ ter traços nominais; no caso específico da nominalização de CP, isso é acentuado pelo facto de o Português ter Infinitivo Flexionado e a flexão dessa forma verbal tem uma forte natureza nominal (Raposo 1987), para além de traços temporais (Ambar 1998, Duarte 2003).

Uma última pergunta pode ser colocada: por que razão certos predicados favorecem ter argumentos internos oracionais nominalizados, isto é, orações infinitivas nominalizadas?

Como também defendi noutros trabalhos, na sequência de outros autores, a possibilidade de seleccionar como argumento orações infinitivas nominalizadas parece estar restrita a certos predicados, como *surpreender*, *preocupar*, *alarmar*.²⁴ Ora, tais predicados são emotivos factivos, precisamente aqueles que Hinzen & Sheehan (2011) descrevem como predicados não-assertivos e definidos (ver quadro 51). Tal seleção seria assim semanticamente explicável, dado que o carácter definido dos predicados superiores seria compatível com a presença de um argumento oracional nominal, que em PE é visível pela presença de “o”.

Sabemos que muito poucas línguas do mundo dispõem da possibilidade de nominalizar orações infinitivas (o Português, o Espanhol e o Italiano são algumas delas); outras construções, como os gerundivos nominal e verbal (em Inglês), o gerundivo nominal (em Alemão), o supino e o infinitivo em Romeno têm também propriedades mistas muito interessantes. No entanto, como

²³ De Miguel (1996), para o Espanhol, distingue entre um valor flexional do morfema *-r* do infinitivo na nominalização de oração infinitiva e um valor derivacional desse morfema nos infinitivos nominalizados, semelhante a outros sufixos nominais.

²⁴ No exemplo de Barbosa & Raposo (2013), apresentado em (55) o V *agradecer*, sendo indiscutivelmente um predicado factivo, não é um V emotivo de forma muito evidente; no entanto, ele comporta-se de maneira semelhante aos emotivos na seleção de oração infinitiva nominalizada.



se compreende, tal pesquisa está fora do alcance desta apresentação (para um estudo destas construções no quadro da Morfologia Distribuída veja-se, entre outros, Alexiadou *et al* (2011).

6. Algumas conclusões e um desafio

Nesta apresentação defendi que há argumentos para a aproximação entre as expressões nominais e as frases, não só do ponto de vista semântico mas também e principalmente do ponto de vista sintático.

É possível aproximar DP e TP porque D e T são os núcleos funcionais essenciais para a estruturação das expressões nominais determinadas e das orações / frases temporalizadas, respetivamente. Línguas há em que o processo da chamada concordância SU-V e da concordância possuidor-possuído (ou possuído-possuidor) é idêntica, o que motivou a proposta de que o DP possa conter um nó do tipo Agr. Em línguas como o Português e o Italiano a sintaxe dos possessivos justifica também uma categoria funcional suplementar; mas, não sendo tão ligada à concordância, essa posição tanto tem sido designada AgrP como POSSP. Quanto a NUMP, embora tal categoria funcional se justifique em certas línguas, não parece ter o papel estruturante que se pensava nos anos oitenta e noventa do século XX; veja-se, por exemplo, a variante do PB, em que nem todos os constituintes num DP exibem concordância de número e, como tal, a sua presença em DP deve ser repensada.

Defendi também que o DP se pode aproximar de CP, porque os determinantes e os complementadores têm nalgumas línguas e nalgumas construções o papel de converterem expressões nominais e frases em argumentos. Porém, assim como há diversos tipos de DPs também há diferentes tipos de orações completivas, tanto do ponto de vista da presença de Tempo, como do ponto de vista da natureza nominal e da referencialidade e; por outro lado, há construções que envolvem a selecção de domínios oracionais em que o nó C não chega a ser projetado.

O português é uma língua privilegiada no que diz respeito à questão do carácter nominal das frases, porque é das poucas línguas no mundo que tem um processo sintático de nominalização de oração infinitiva através da presença de “o” ou mesmo de um demonstrativo. Se a minha análise estiver no sentido certo, como penso, há duas situações: nominalização de oração infinitiva TP e



nominalização de oração infinitiva CP. Tanto numa como noutra situação a selecção de orações infinitivas nominalizadas está limitada a um certo tipo de predicados superiores, que Hinzen & Sheehan (2011) caracterizam como tendo o traço definido, os verbos factivos emotivos.

Uma última reflexão: se há condições formais para aproximar expressões nominais e frásicas, tais condições favorecem nas línguas naturais casos de sinonímia ou de paráfrase entre expressões nominais e frases; nesta apresentação sugeri algumas dessas relações:

- a relação entre uma nominalização deverbal eventiva e uma frase, como em (2a) e (2b), aqui renumeradas como (59a) e (b):

(59)(a) A execução da sonata pelo João durou 15m.

(b) O João executou a sonata durante 15m.

- a relação entre diferentes tipos de nominalização de frases infinitivas, como em (54) e (57), aqui renumeradas como (60a, b), e completivas finitas com *que*, como em (60c):

(60)(a) O ter ela gritado surpreendeu-nos.

(b) Esse seu gritar surpreendeu-nos.

(c) Surpreende-me que ela tenha gritado.

- a relação entre uma interrogativa subordinada de constituintes e um DP contendo uma relativa restritiva, uma alternância que foi estudada em Matos e Brito (2013), como em (61):

(61)(a) Eu imagino que livros leste.

(b) Eu imagino os livros que leste.

ou ainda a relação entre um interrogativa de constituintes e uma pergunta cancelada, como em (62):

(62)(a) Eu perguntei que horas são.

(b) Eu perguntei as horas.

Embora conduzida aqui por razões essencialmente sintáticas, a análise dos paralelos entre expressões nominais e frásicas abre um campo alargado de reflexões, que tanto podem situar-se numa perspectiva teórica e descritiva como podem ter uma componente aplicada: a tradução, o estudo do plágio e o estudo da autoria são apenas três das dimensões aplicadas que aqui gostaria de sugerir.



Tudo isto abre um campo fascinante de pesquisa que só lucra em ser realizado coletivamente e não por um único linguista. Criar as condições para o trabalho coletivo foi também, há 30 anos, um dos desígnios da APL e hoje, mais do que nunca, temos de unir esforços para que a nossa investigação seja cada vez mais conhecida e com maior impacto.

Referências

- Abney, Steven P. (1987) *The English Noun Phrase in its sentential aspect*. PhD Diss., MIT.
- Alexiadou, Artemis (2010) Reduplication and doubling contrasted: implications for the structure of the DP and the AP. *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, vol. 5, 1, pp. 9-25.
- Alexiadou, Artemis, Iordăchioaia, Gianina & Schäfer, Florian (2011) *Scaling the Variation in Romance and Germanic Nominalizations*. In Petra Sleeman & Perridon, Harry (orgs.) *The Noun Phrase in Romance and Germanic: structure, variation and change*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.
- Alexiadou, Artemis (2014) *Multiple Determiners and the Structure of DPs*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publ. Company.
- Ambar, Manuela (1998) Inflected Infinitive Revisited – Genericity and Single Event. *Canadian Journal of Linguistics*, 43 (1), 5-36.
- Barbosa, Pilar (2013) Subordinação argumental finita. In Raposo, Eduardo Paiva *et al* (orgs.) *Gramática do Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II, pp. 1821-1897.
- Barbosa, Pilar & Raposo, Eduardo Paiva (2013) Subordinação argumental infinitiva. In Raposo, Eduardo Paiva *et al*. (orgs.) *Gramática do Português*, Lisboa: Fundação Calosute Gulbenkian, vol. II, pp. 1901-1977.
- Belletti, Adriana (1990) *Generalized Verb Movement*. Turin: Rosenberg & Sellier.
- Borer, Hagit (2005) *In Name Only*. Oxford / New York: Oxford University Press.
- Brame, Mike (1982). The head-selector theory of lexical specifications and the nonexistence of coarse categories. *Linguistic Analysis* 10.4, pp. 321-325.



Brito, Ana Maria (1984) Sobre as noções de sujeito e de argumento externo: semelhanças entre a estrutura de F e de SN em Português. *Boletim de Filologia*, XXIX, pp. 421-478.

Brito, Ana Maria (1996) A ordem de palavras no Sintagma Nominal em Português numa perspectiva de sintaxe comparada - um caso particular: os Ns deverbais eventivos. In *Actas do Congresso Internacional do Português*, Lisboa: Ed. Colibri, pp. 81-106.

Brito, Ana Maria (2003) Os possessivos em Português numa perspectiva de Sintaxe Comparada. *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*. Universidade do Porto. In honorem Doutor Joaquim Fonseca e Doutor Jorge Osório, II Série, Vol. XX, Tomo II, Porto 2003, pp. 495-522.

Brito, Ana Maria (2013) Tensed and non-tensed nominalization of the infinitive in Portuguese, *Journal of Portuguese Linguistics*, volume 12, nº1, pp. 7-40.

Cardinaletti, Anna (1998) On the deficient / strong position in possessive systems. In Artemis Alexiadou & Chris Wilder (orgs.), *Possessors, Predicates and Movement in the Determiner Phrase*. Amsterdam: John Benjamins Publ. Company, pp. 17-53.

Castro, Ana (2006) *Possessives in European Portuguese*, Ph. Dissertation, Universidade Nova de Lisboa e Paris VIII-Saint Denis.

Chomsky, N. (1970) Remarks on nominalization. In R. Jacobs & P. Rosenbaum (orgs.), *Readings in English Transformational Grammar*, Washington, D.C.: Georgetown University Press, pp. 184-221.

Chomsky, Noam (1981). *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.

Chomsky, N. (1982) *Some concepts and consequences of the Theory of Government and Binding*, Cambridge: Mass.: MIT Press.

Chomsky, N. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press.

Cinque, Guglielmo (1994) On the evidence for partial N-movement in the Romance DP. In Cinque, Guglielmo et al. (orgs.) *Paths towards Universal Grammar, Studies in honor of Richard Kayne*. Georgetown: Georgetown University Press, pp. 85-110.

Cinque, Guglielmo (2010) *The Syntax of Adjectives: A Comparative Study*. Cambridge, Mass: MIT Press.

Coene, Martine & Yves d'Hulst (2003) (orgs.) *From NP to DP. Volume 1: The Syntax and*



- Semantics of Noun Phrases*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publ. Company.
- Cornilescu, Alexandra (1995) Rumanian genitive constructions. In G. Cinque & G. Giusti (orgs.), *Advances in Rumanian Linguistics*, 1-54, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publ. Company.
- Costa, João & Silva, Maria Cristina Figueiredo. (2006) Nominal and Verbal Agreement in Portuguese. An argument for Distributed Morphology. In J. Costa & M.C. Figueiredo Silva (orgs.) *Studies on Agreement*, Amsterdam: John Benjamins, pp. 25 - 46.
- Corver, N. (2013) Lexical Categories and (Extended) Projection, In M. den Dikken (org.), *The Cambridge Handbook of Generative Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 353-424.
- Crisma, Paula (1993) On adjective placement in Romance and Germanic event nominals. In Giuliana Giusti and Laura Bruge (eds.) *Venice Working Papers in Linguistics*, vol 3: 2, pp. 81-106.
- de Miguel, Elena (1996). Nominal Infinitives in Spanish: an Aspectual Constraint, *Canadian Journal of Linguistics*, 41:1. pp. 29-53.
- Demonte, Violeta & Fernández-Soriano, Olga (2009) Force and finiteness in the Spanish complementizer system. *Probus*. 21(1), pp. 23–49.
- Duarte, Inês (2003) Subordinação completiva – as orações completivas. In Mateus, M.H. *et al. Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 595-651.
- Embick, David & Noyer, Rolf (2001) Movement operations after Syntax, *Linguistic Inquiry*, 32, 4, pp. 555-595.
- Dobrovie-Sorin, Carmen (1988) A propos de la structure du groupe nominal en Roumain. *Rivista di Grammatica Generativa* 12, pp. 126-151.
- Gonçalves, Anabela (1996) Aspectos da sintaxe dos verbos auxiliares do Português Europeu. In Gonçalves, A., Colaço, M., Miguel, M. & Mória, T. *Quatro Estudos em Sintaxe do Português. Uma Abordagem segundo a Teoria dos Princípios e Parâmetros*, Lisboa: Ed. Colibri.
- Gonçalves, Anabela (1999) *Predicados complexos verbais em Contextos de Infinitivo não Preposicionado do Português Europeu*. Tese de Doutoramento. Univ. Lisboa.
- Grimshaw, Jane (1990) *Argument Structure*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.



- Grosu, Alex (1988) On the distribution of genitive phrases in Roumanian. *Linguistics* 26, pp. 931-949.
- Hinzen, W. & M. Sheehan (2011) Moving towards the edge: the grammar of reference, *Linguistic Analysis*, 37, pp. 405-458
- Kester, E.-P. (1992) Adjectival inflection and dummy affixation in Germanic and Romance languages. In *Papers from the workshop on the Scandinavian Noun Phrase*. University of Umea.
- Kornfilt, Jaklin (1984). *Case Marking, Agreement, and Empty Categories in Turkish*. Ph.D.Dissertation, Harvard University.
- Longobardi, Giuseppe (1994) Proper names and the theory of N-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry*, 25, pp. 609-665.
- Longobardi, Giuseppe (2001) The structure of DPs: Some principles, parameters and problems. In C. Collins & M. Baltin (orgs.), *Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Oxford: Blackwell.
- Lopes, Ruth (2007) Against a unified analysis for bare nouns in Brazilian Portuguese. Paper presented at the 21st Going Romance. Amsterdam: University of Amsterdam.
- Matos, Gabriela & Brito, Ana Maria (2012) The alternation improper indirect wh-questions and DPs containing restrictive relatives and the nominal/referential properties of CP, apresentado no workshop Parallels between the clausal and nominal domain, SLE Agosto 2012 Estocolmo, disponível em <http://www.gist.ugent.be/sleworkshopparallels>
- Matos, Gabriela & Brito, Ana Maria (2013) The alternation between improper indirect questions and DPs containing a restrictive relative. In Camacho-Taboada, V., Jimenez-Fernandez, A., Martin-Gonzales, J. & Reyes-Tejedor, M. (orgs.) *Information Structure and Agreement*, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, pp. 83-116.
- Menuzzi, Sérgio (1994) Adjectival positions inside DP. In C. Cremers, R. Bok-Benema, R. (orgs.) *Linguistics in the Netherlands*, v. 11. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp. 127-138.
- Miguel, Matilde (2004) *O Sintagma Nominal em Português Europeu. Posições de Sujeito*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Müller, Ana & Fátima Oliveira (2004) Bare nominals and number in Brazilian and European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, 3: 9-36.



Nordlinger, Rachel & Louisa Sadler, Louisa (2004) Nominal Tense in Crosslinguistic Perspective, *Language*, Vol. 80, 4, pp. 776-806

Oliveira, Fátima (1998) Frases genéricas: Algumas especificidades do Português. *Seminários de Linguística*, 2, pp. 1-19.

Picallo, Maria Carme (1991) Nominals and nominalization in Catalan. *Probus*, 3, pp. 287-8.

Pinto de Lima, José (1983) Uma linguística pragmática ou uma pragmática em linguística? In Pinto de Lima, José (org.) *Linguagem e acção – da filosofia analítica à linguística pragmática*, Lisboa, Apáginastantas.

Plann, Susan (1981) The two *el*+infinitive constructions in Spanish, *Linguistic Analysis*, 7, 3, pp. 207-241.

Pollock, Jean-Yves (1989) Verb movement, UG and the structure of IP. *Linguistic Inquiry* 20, pp. 365-424.

Ramírez, Carlos Julio (2003) The Spanish Nominalized Infinitives: a proposal for a classification. *Toronto Working Papers in Linguistics*, 21, pp. 117-133.

Raposo, Eduardo Paiva (1986) Romance Infinitival Clauses and Case Theory. In Neidle, C. & Nuñez Cedeño, R. (orgs.) *Studies in Romance Languages*, Dordrecht: Foris Publications, pp. 237-249.

Raposo, Eduardo Paiva (1987) Case Theory and Infl-to-Comp: the Inflected Infinitive in European Portuguese, *Linguistic Inquiry*, 18,1, pp. 85-110.

Raposo, Eduardo Paiva & Uriagereka, Juan (1996) Indefinite SE. *Natural Language and Linguistic Theory*, 14, 4, pp. 749–810.

Ritter, Elizabeth (1991) Two functional categories in noun phrases: Evidence from Hebrew. In S. Rothstein (org.), *Perspectives on Phrase Structure: Heads and Licensing*. 37-62. San Diego: Academic Press.

Rizzi, Luigi (1997) The fine structure of the left periphery. In L. Haegeman (org.), *Elements of Grammar*. Dordrecht: Kluwer, pp. 281-337.

Rodrigues, Alexandra (2013) Nomes deverbais. In Rio-Torto, G. *et al.* *Gramática Derivacional do Português*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 155-211.

Salvi, Gianpaolo (1983) L'infinitivo con l'articolo e la struttura del SN, *Rivista di Grammatica*



Generativa, vol. 7, pp. 197-225.

Schmitt, Cristina & Munn, Alan (2002) The syntax and semantics of bare arguments in Brazilian Portuguese. *Linguistic Variation Yearbook*, 2. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, pp. 185-216

Stowell, Timothy (1981) *Origins of Phrase Structure*. Ph.D. Dissertation, MIT, Cambridge, Mass.

Szabolcsi, Anna (1983) The possessor that ran away from home. *The Linguistic Review* 3, pp. 89-102.

Szabolcsi, Anna (1987) Functional categories in the noun phrase. In I. Kenesei (org.), *Approaches to Hungarian. Theories and Analyses*, 167-190. Jate Szeged.

Szabolcsi, Anna (1994) The noun phrase. In F. Kiefer & K. É Kiss (orgs.), *The Syntax of Hungarian. Syntax and Semantics* 27. San Diego: Academic Press, pp. 179-274.

Szabolcsi, Anna (1999) Is DP analogous to IP or CP? In J. Payne (org.). *Proceedings of the Manchester Colloquium on Noun Phrases*. The Hague: Mouton.

Taraldsen, Knut Tarald (1990). D-rojections and N-projections in Norwegian. In J. Mascaró & M. Nespór (orgs.), *Grammar in Progress: Essays in Honor of Henk van Riemsdijk*, 419- 432. Dordrecht: Foris.

Vázquez, Enriqueta Pérez.(2002) A Mixed Extended Projection: The Nominalized Infinitive in Spanish and Italian. *Quaderni del Laboratorio di Linguistica della Scuola Normale Superiore di Pisa*, n. 14, 2002, pp. 143-159.

Zanuttini, Raffaella & Paul Portner (2000) The characterization of exclamative clauses in Paduan”, *Language* 76. 1, pp. 123-132.

Zucchi, Alessandro (1993). *The Language of Propositions and Events*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

